

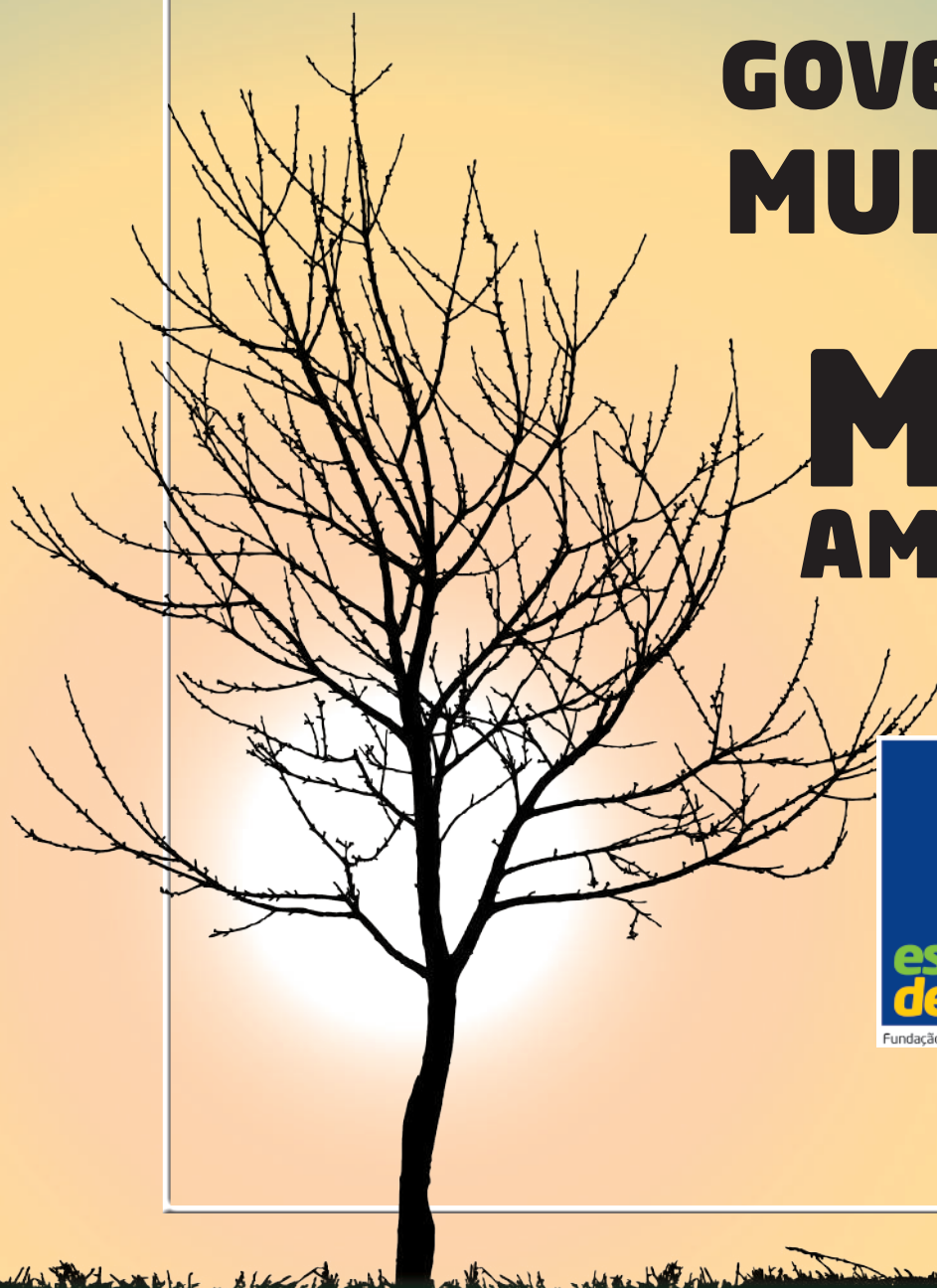
ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

**GOVERNANÇA
MUNICIPAL**

e

**MÉIO
AMBIENTE**



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Os municípios e a QUESTÃO AMBIENTAL: uma experiência de gestão

Filha mais nova do processo político, a questão do meio ambiente só passou a ser levada em conta nas decisões governamentais nos últimos anos. Ela nem sequer conseguiu ainda conquistar espaço expressivo nos orçamentos públicos. Diante desse quadro, e por suas próprias características, para serem efetivas as políticas ambientais precisam ter ação inter-setorial, atuando em conjunto com as políticas públicas definidas para áreas como saúde, educação, habitação, assistência social e mobilidade urbana.

Essa foi uma das afirmações feitas no 17º Encontro Democrático pelo médico sanitarista Eduardo Jorge, ex-deputado federal, ex-secretário municipal do Verde e Meio Ambiente nas gestões de José Serra e Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo e candidato pelo PV a presidente da República na eleição de 2014. Tendo como tema *“Governança Municipal e Meio Ambiente”*, ele procurou, em sua palestra, indicar caminhos para gestores públicos interessados em levar adiante a valorização da questão ambiental.

O evento realizado pelo Espaço Democrático teve a participação de diversas lideranças políticas e colaboradores da fundação, entre eles a ex-vice-prefeita e ex-secretária de Assistência Social de São Paulo, Alda Marco Antonio, o coordenador de movimentos sociais do PSD e presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, o cientista político Rubens Figueiredo, o economista Luiz Alberto Machado e o jornalista Woile Guimarães. Os trabalhos foram coordenados pelo jornalista Sérgio Rondino.

Esta publicação contém a íntegra da palestra e dos comentários dos participantes, que traçam um amplo retrato de uma experiência de gestão inovadora e arrojada na área do meio ambiente.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Boa tarde a todos. Começamos agora o nosso 17º Encontro Democrático, para debater a questão da governança municipal e o meio-ambiente, um tema no qual o nosso convidado de hoje, o ex-deputado federal e ex-secretário municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, Eduardo Jorge, nada de braçada, é um especialista. Então, vamos às suas ideias.

EDUARDO JORGE: O Rondino disse que eu nado de braçada, mas na verdade eu entrei com a água pelo pescoço, sem saber nadar. Eu sou de outra área, a de seguridade social, de saúde, previdência. Eu fiquei um tempão lá no Congresso, na época em que eu era do Partido dos Trabalhadores, responsável por essas três áreas. Mas com a área de meio ambiente a minha rela-

ção é muito mais afetiva, vamos dizer assim. E quando eu vim para o governo, quando a gente apoiou o José Serra no segundo turno de 2004 (*na eleição para a Prefeitura de São Paulo*), ele queria alguém do PV que tivesse experiência administrativa. Não tinha muita gente. E o Serra disse: “Mas tem o Eduardo Jorge”. E o pessoal rebateu dizendo que eu tinha acabado de entrar no PV. Era um cristão novo total. E reclamou com razão. Eu fui avisado de que seria secretário faltando dois dias para o governo começar, quando o Serra resolveu com o PV que seria eu mesmo.

E foi muito bom, eu aprendi bastante. Um médico tem que gostar de ler e ouvir. Para aprender rápido. Eu fiquei oito anos - e não recomendo ficar tanto, é insalubre. Oito anos governando um “país” de 12 milhões de habitantes não é brincadeira. Aprendi bastante

“ A política ambiental só sobrevive se ela incentivar o trabalho intersetorial e fizer com que a pauta dela seja levada pela mobilidade, pela saúde, pela educação, pela habitação, pela assistência social. Então, é da natureza dela ser intersetorial. ”

nesse período. Uma coisa importante: a gente tem que ter noção de que, ao contrário de outras áreas, como educação, saúde e mobilidade, por exemplo, a política pública ambiental é muito recente. O capitalismo e o socialismo não tinham preocupação com isto. Era trabalho e capital, social e econômico. Nem capitalismo, nem socialismo, nesses séculos todos, levaram em conta a dimensão ambiental. É uma coisa nova. Não havia evidências científicas que apontassem a questão ambiental em uma espécie de santíssima trindade com o econômico e o social, uma formação equilibrada. Isso é muito importante, o equilíbrio. Porque se nos regimes anteriores a economia, por exemplo, era uma espécie de ditadora, que nos oprimia no social, a gente não vai querer agora uma ditadura verde, que queira mandar no econômico e no social, como a ditadura antiga do econômico sobre os demais.

Foi a ONU (*Organização das Nações Unidas*) que puxou essa discussão. Houve um encontro importante em 1972, em Estocolmo, e depois houve a Rio 1992, 20 anos depois, que confirmou essa ideia do desenvolvimento sustentável. É uma política gerada como produto dessa obra de engenharia fantástica da humanidade, a engenharia de governança mundial que é a ONU. Tem suas limitações, mas é o melhor que a gente conseguiu até hoje, em toda a história da humanidade. A política ambiental é um dos mais diletos

filhos dessa governabilidade mundial que a ONU está construindo. Mas é muito recente. Sendo muito recente, chega na área orçamentária totalmente des-norteada. Não há espaço para ela. Eu, que vim da área da saúde, onde há muito dinheiro, quando cheguei lá topei com 0,4% do orçamento. São Paulo, que tem o órgão ambiental mais poderoso e mais experiente da América Latina, que é a CETESB, tem 0,4%. O Ministério do Meio Ambiente tem 0,4% do orçamento. É poderio orçamentário muito pequeno.

Quando eu entrei, procurei ouvir um monte de gente que entende bastante das coisas: (*Fernando*) Gabeira, Fábio Feldman e vários outros. E aprendi que uma coisa fundamental na governança ambiental - municipal, estadual, federal e mundial - é trabalhar com os outros. É ser uma espécie de enzima que ajuda o trabalho intersetorial. Porque há uma doença no sistema de políticas brasileiras. Cada um acha que pode fazer tudo sozinho e vai resolver salvar o mundo e a si próprio sozinho. A área da assistência social é das assistentes sociais; a área da educação é dos professores; a área da saúde é dos trabalhadores da saúde. E não mexa na gaveta deles que ficam furiosos. Essa doença, de cada um tentando se salvar sozinho, é uma fonte de desperdício permanente dos nossos impostos. A política ambiental só sobrevive se ela incentivar o trabalho intersetorial e fizer com que



...a gente teve a sorte de ter dois prefeitos que acreditaram que a crise climática era uma coisa séria. Parece uma coisa ridícula falar, mas não é.



a pauta dela seja levada pela mobilidade, pela saúde, pela educação, pela habitação, pela assistência social. Então, é da natureza dela ser intersetorial. E é da sobrevivência orçamentária dela ser intersetorial. Essa é uma observação inicial muito importante.

Eu quero fazer quatro observações iniciais antes de dar dois exemplos. A primeira é essa, da intersetorialidade, trabalhar com os outros, e trabalhar com os outros também fora do governo. Eu tenho que falar com os sindicatos dos trabalhadores. Eu tenho que falar com a FIESP. Eu tenho que falar com as ONGs. Porque como a política ambiental envolve mudanças culturais, mudanças na forma de produzir, consumir, viver, numa democracia você não pode impor isso de cima para baixo. Você tem que dialogar também dentro e fora do governo.

A segunda observação é que a gente vive um presidencialismo imperial. A gente tem também um governador imperial e um prefeito imperial. É muito importante que nesse sistema imperial, presidencialista, centralizador, exista um maestro da orquestra, o prefeito, governador ou presidente, dizendo que a questão ambiental é importante. E tivemos isso aqui em São Paulo, tivemos a sorte de ter duas gestões

(José Serra e Gilberto Kassab) com essa consciência. Porque se o prefeito não disser “abram-se as portas para ouvir esse grilo falante verde”, o secretário de Transportes vai dizer: “Vem encher meu saco? Eu tenho que botar ônibus na rua”. O secretário de Saúde, coitado, é um louco, vive lá todo mundo reclamando dele, e eu chego lá e digo: “Olha, você vai ter que mudar sua forma de trabalhar assim, assim e assado”. Ele me enxota. O prefeito tem que dar essa sinalização: “É preciso ouvir esse grilo falante verde. Não façam ouvidos de mercador. Levem esse grilo a sério e vejam o que podem fazer para adaptar suas políticas públicas a essa novidade, que é o desenvolvimento sustentável”.

A terceira questão é muito importante. Hoje está todo mundo lá reunido, 190 chefes de Estado - presidentes, primeiros-ministros, ditadores, reis, etc - discutindo a crise climática. E a gente pode pensar que todo mundo acha que isso é importante. Mas, há uns 10 anos, muita gente dizia que isso nem existia. O próprio presidente dos Estados Unidos, George Bush, dizia que isso era uma invenção para prejudicar a economia americana. O Brasil tinha uma atitude altamente resistente. E a gente teve a sorte de ter dois

prefeitos que acreditaram que a crise climática era uma coisa séria. Parece uma coisa ridícula falar, mas não é. Naquela época era uma coisa muito importante você ter um prefeito, um governador e um presidente - no nosso caso era só o prefeito, porque nem o governador nem presidente da época achavam que a crise climática era uma coisa importante. Porque não é só uma coisa importante do ponto de vista econômico, social e ambiental. É a mais importante de todas. Porque ela vai reorganizar a forma de produzir e de consumir e vai definir, se a gente tiver capacidade de equacioná-la razoavelmente até o final do século, como é que nossos netos, bisnetos e as outras espécies vão sobreviver no planeta. Então, o fato de São Paulo ter tido prefeitos que acreditaram que a crise climática era uma coisa que existia, não era uma invenção de meia dúzia de ecologistas e de cientistas, foi muito decisiva para se organizar uma governança ambiental.

E a quarta questão é a atitude republicana. Parece exótico falar, mas é uma coisa rara. A área de meio ambiente mexe com multas, sanções e licenciamentos enormes. A Secretaria do Meio Ambiente dá a sua opinião sobre obras públicas e privadas gigantescas. A gente licenciou todas essas obras do metrô que vocês estão vendo aí. Discutimos ponto por ponto - trajeto, compensação... São Paulo é uma potência econômica, é uma força na indústria da construção. A indústria imobiliária constrói casas para milionários, para a classe média e para pobres. Para todo mundo. E você tem que equacionar como isso vai atender ao Plano Diretor, seguindo as regras ambientais. Então, a quarta observação que eu faço é importante para a governança que a gente teve aqui em São Paulo: foi a atitude republicana dos prefeitos, que nunca disseram "faça isso ou faça aquilo". Sempre houve o respeito ao licenciamento técnico. Isso é uma coisa rara e muito importante para ser dita. Parece uma coisa obrigatória e óbvia, mas não é, não no Brasil.



Então, são essas quatro observações que eu faço em relação à governança ambiental. São coisas importantes. Dito isto, eu passo para outra observação, que é a própria estrutura da Secretaria. Eu fui secretário de Saúde duas vezes - e graças a Deus não serei mais. Eu tenho uma tia que tem 102 anos. Ela mora na Bahia e é muito católica. Eu morei com ela muito tempo e vou visitá-la sempre que posso. E ela me disse: "Eduardo Jorge, eu tenho notado que você está rezando muito pouco". Eu disse: "Minha tia, pelo amor de Deus, eu fui secretário de Saúde duas vezes em São Paulo. Se Deus for minimamente clemente, pelo menos o purgatório ele me garante". Eu vim da área da Saúde, e entre outras coisas, além da diferença orçamentária abissal, tem a questão de que, porque é uma política pública nova, as estruturas de meio ambiente são raras no Brasil. Eu fui muito tempo do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), que é uma potência. O Conasems tornou-se muito forte e negocia o tempo todo lá no Conselho Nacional de Saúde, na interlocução com os governos estaduais e federal. E aí procurei a entidade correspondente aos secretários municipais de meio ambiente. Para saber em quantas

idades a gente tinha estruturas de meio ambiente própria ou mesmo quando ela é acoplada, geralmente com o planejamento ou com obras. Só mil. Então, dos mais 5.500 municípios do Brasil, só mil, menos de 20%, tinham alguma estrutura cuidando de meio ambiente pelo Brasil afora. Isso em 2005, quando a gente começou a governar. São Paulo nem dava bola para eles, tanto que eu cheguei lá e eles já me botaram na diretoria, acharam que era muito importante que São Paulo estivesse lá...

As estruturas de meio ambiente são pequenas e às vezes raras. Aqui em São Paulo tem uma Secretaria de Meio Ambiente já mais tradicional há algum tempo. Quando eu cheguei lá com essa visão e essa experiência da Saúde, eu vi que era uma coisa muito restrita, incapaz de dar conta de uma política tão importante, ainda mais na questão da crise climática. Isto numa cidade de 11 milhões de habitantes, que é maior do que a Suécia, maior do que o Chile, maior do que Cuba. Quando houve uma reforma descentralizadora do governo da ex-prefeita Marta Suplicy, a Secretaria do Meio Ambiente não participou. Quando criaram as Subprefeituras, a Educação, a Saúde, todo mundo entrou, mas a Secretaria do Meio Ambiente continuou esquecida literalmente no Paraíso, porque ela fica na porta da estação Paraíso do metrô. Isso é um absurdo. Como é que a gente vai acompanhar, por exemplo, o trabalho e fazer a interlocução com as Subprefeituras de Guaianases, de Perus e de Parelheiros, a 40 quilômetros de distância? A gente precisa descentralizar. Aí os funcionários diziam assim: "Eduardo Jorge está querendo fazer a imitação da Saúde, mas ele não vai durar, não. Vamos ficar quietinhos aqui porque esse aí não dura seis meses". Mas eles não sabiam que eu sou resistente.

Uma das primeiras coisas que eu fiz foi descentralizar. Porque temos que ter gente que fale pela

questão da política ambiental lá em Guaianases, para o povo falar e para a própria Prefeitura falar. Mas ninguém queria ir. Então, eu abri voluntariado, para saber quem queria ir. Alguns quiseram, foram. Norte, Sul, Leste e Oeste. A gente começou alguns núcleos regionais. E em seguida a gente, com apoio do prefeito, mandou um projeto para a Câmara Municipal criando dez regionais, que teriam três funções básicas. Poderiam fazer outras coisas, mas três eram obrigatórias: a educação ambiental, a interlocução com outros órgãos para fazer a educação ambiental; a fiscalização, com o apoio do órgão central de fiscalização nosso; e a arborização, olhar os parques, procurar áreas para a gente criar parques novos, que era uma obsessão minha. Não era possível que a Prefeitura estivesse há três governos sem criar nenhum parque. Aliás, com três governos tinham inaugurado um parque só. Doze anos, um parque só. Com os cargos que a gente conseguiu criar a coisa ficou mais estabilizada, começamos a ter uma estrutura mais descentralizada.

Outra medida importante foi fazer o diálogo com os governos estadual e federal, porque a área ambiental é como a saúde, tem um sistema nacional. Se eu não estou delegado pelo órgão federal e estadual, eu não posso fazer a fiscalização, não posso licenciar, não posso nada. A gente fez convênio com o Governo do Estado, que treinou o nosso pessoal. A lei mudou a composição do Conselho Ambiental Municipal, que era uma composição desproporcional. A sociedade civil era muito pequena e o Estado era enorme. Então, nós ficamos com metade. Metade era Estado, incluindo Prefeitura e União. Meio a meio. Também mudou isso na lei. Teve que passar na Câmara. Fizemos o convênio com a CETESB para poder treinar o pessoal e delegar para a cidade de São Paulo fazer o licenciamento e fiscalização.



“A arborização era obrigatória, olhar os parques, criar parques novos ...”

Outra questão estrutural importante foi fazer concurso para o pessoal de carreira. Os fiscais que a gente tinha eram poucos, cargos de confiança. Eu nunca vi fiscal ser cargo de confiança, mas os nossos eram. Era gente comissionada, que é uma posição muito frágil nessa área. A pessoa fica numa posição muito frágil. Com os cargos criados para isso a gente fez concursos nas duas áreas. Na área do Depav (*Departamento de Parques e Áreas Verdes*), que fazia a fiscalização das compensações ambientais, do manejo de vegetação, e no Decont (*Departamento de Controle da Qualidade Ambiental*), que é o núcleo de fiscalização. Fizemos concurso, entrou agrônomo, engenheiro disso, en-

genheiro daquilo, biólogo... e com o treinamento da CETESB a gente ficou equipado. E com aquele respaldo republicano do prefeito, ficamos muito fortes na fiscalização. Vocês não imaginam que dor de cabeça isso dava.

Cada licenciamento, de qualquer tamanho - pequeno, médio ou grande - é praticamente um julgamento. É um trabalho difícil, mesmo seguindo a lei. E a gente adotou a transparência nas regras. Não tínhamos. Estudamos as regras de licenciamento de algumas cidades mais avançadas, como Curitiba, e fizemos regras de licenciamento, principalmente nessa questão de fiscalização, lei de crimes ambientais. Então, o De-

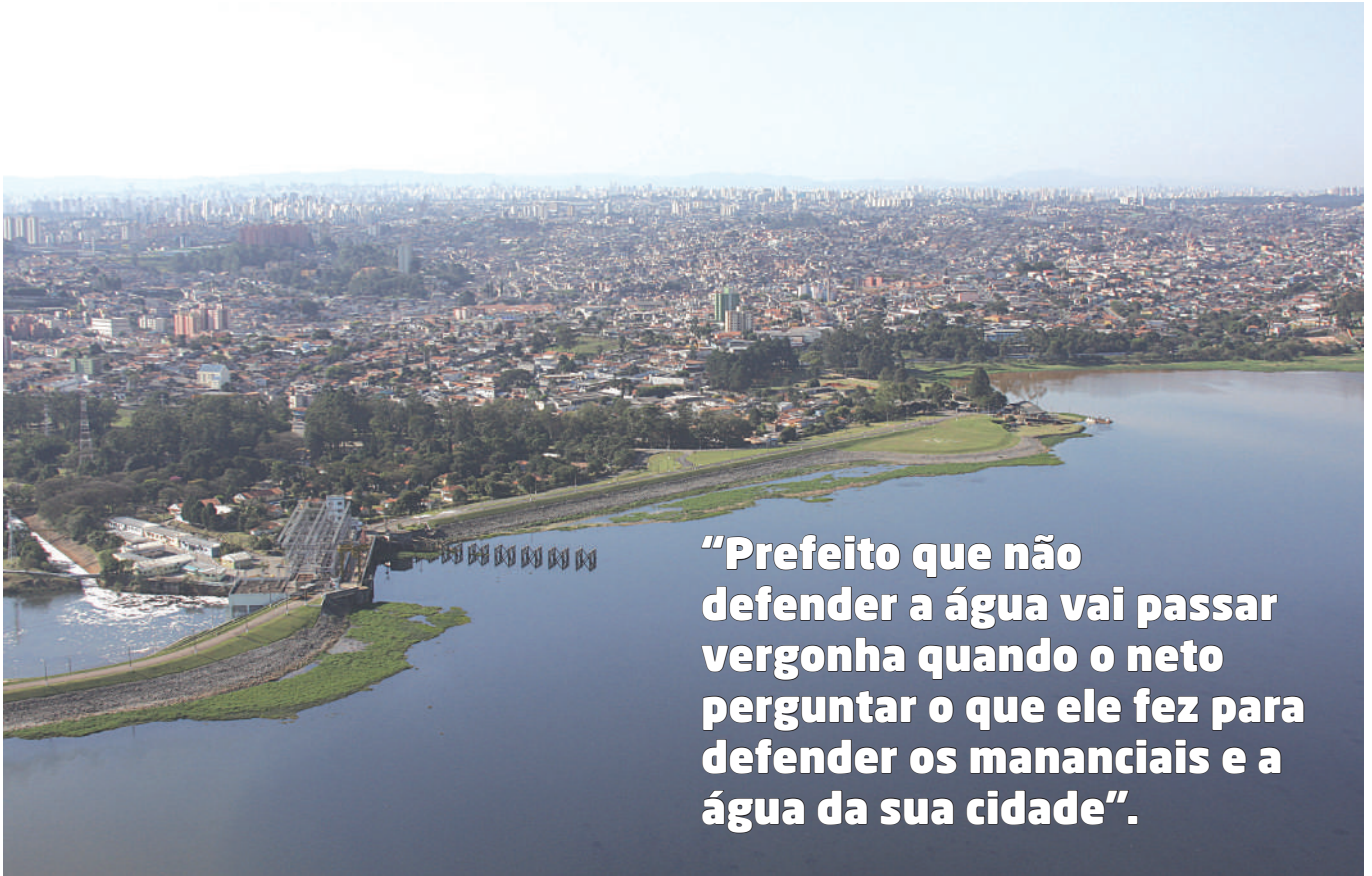
cont estava garantido. É a lei de crime federal, não tem problema. E a parte de manejo de vegetação, de árvore, de compensação, de regras e de instâncias em relação às APPs (*Áreas de Proteção Ambiental*) a gente tinha que ter uma portaria detalhada. Fizemos, detalhadíssima. Essa portaria teve três versões, porque a gente foi incorporando sugestões, mudanças. Mas virou a portaria mais detalhada de licenciamento. Mas por que isso é importante? É importante para que o sujeito que vai lá licenciar, seja da área privada ou pública, saiba as regras. Eles leram o Diário Oficial e eles sabem as regras. E é importante também para o agrônomo e para o engenheiro porque eles ficam respaldados nas regras. A transparência das regras diminui a possibilidade de pressão indevida. A Secretaria ficou mais forte. E não teve praticamente aumento de pessoal. A gente começou o governo com 1.200, 1.300, e acabou com 1.400, 1.500. Praticamente não teve aumento de pessoal, mas tinha uma estrutura bem mais sólida.

Por exemplo, mesmo em lugares para os quais não era obrigatório ter concurso, como no caso das administrações de parques, a gente fez processo seletivo. O pessoal mais experiente achava que ninguém ia querer. O salário era baixo. E eu dizia que as pessoas iam querer, sim. Que a gente ia fazer processo seletivo e não haveria indicação de ninguém, nem do meu partido. Na época, a gente começou o governo com 33 parques e foi aumentando aos poucos, chegou em 98. Eram 15 milhões de metros quadrados de parques municipais no início e a gente acabou com 45 milhões de metros quadrados. Abria processo seletivo e aparecia gente. Melhorou um pouquinho o salário, mas o atrativo maior era a experiência para um jovem que saía da universidade: administrar um parque. Era gente de biologia, de gestão ambiental, arquiteto, psicólogo... O pessoal vinha porque administrar um parque como o Trianon, por exemplo, um Ibirapuera, um Parque do

Carmo, um Parque da Luz, isso é um currículo tremendo. Então veio muita gente jovem, bacana, querendo trabalhar e fazer do parque uma espécie de encontro da população com o meio ambiente.

O parque corresponde, no Meio Ambiente, à escola na Educação, ou ao hospital na Saúde. O parque é um lugar precioso, com a vantagem de que o pessoal vai para o parque feliz, ao contrário da escola, para onde vai por obrigação, e do hospital, para onde vai quando está com dor. É um local ótimo para a gente conversar sobre a questão ambiental, incentivar o público a se aproximar da pauta ambiental. E com esse pessoal jovem a coisa é fantástica. Muitos deles a gente perdia porque tinha concurso na CETESB, eles se inscreviam e passavam. Tinha concurso lá no CONAMA, eles se inscreviam e passavam, iam para Brasília. Mas a gente renovava com gente jovem. Essas são algumas ideias estruturais que eu acho que ajudaram no sucesso nesses dois mandatos na área ambiental.

Temos muitas experiências interessantes, mas só dá para citar duas. E eu vou citar essas porque elas atendem a esse caráter intersetorial que eu digo que é tão essencial na governança ambiental. A primeira delas é a questão da Defesa das Águas. Foi um programa criado no segundo ou terceiro ano de governo. Me ligou o subprefeito de Parelheiros, o Walter Tesch, dizendo: "Pelo amor de Deus, me socorra! Invadiram a APP aqui atrás da Subprefeitura, o que é que eu faço?". Eu também não sabia o que fazer. Chamei um sujeito do Decont e perguntei: "O que é que a gente faz? Vamos lá!" Ele disse: "Não senhor. Não vamos lá, não. A gente não tem nada a ver com isso". Eu disse: "O quê? O sujeito invade uma APP, mete um loteamento em cima de uma APP, e a Secretaria não tem nada a ver?". Ele falou: "Não. A gente não se mete nisso não. Esse negócio é da Subprefeitura". Eu disse: "Não senhor. O senhor não quer ir, me indique um fiscal



“Prefeito que não defender a água vai passar vergonha quando o neto perguntar o que ele fez para defender os mananciais e a água da sua cidade”.

Represa Guarapiranga

que vá comigo”. Ele: “Não vou indicar não, porque eu sou responsável por isso e depois ainda vão encher o meu saco”. Eu falei: “Tá bom, então eu vou sozinho”. Peguei o carro, fui sozinho para lá. Fiquei quase uma semana lá com o Walter Tesch. Mas no outro dia eu passei na Secretaria antes, de manhã, e demiti o sujeito. Foi o diretor do Decont mais breve, um absurdo. Eu até escrevi um artigo que foi publicado pelo Estadão após essa minha experiência na Secretaria, sobre a questão dos mananciais e da água. E aí eu terminava com uma advertência ao futuro prefeito: “Prefeito que não defender a água no Estado de São Paulo vai passar vergonha quando o neto perguntar o que ele fez para defender os mananciais e a água da sua cidade”.

Desde então eu fiquei com essa obsessão. A questão da água é chave e a Prefeitura de São Paulo tem que dar o exemplo.

E criamos uma operação chamada Defesa das Águas, que envolvia várias secretarias. A coordenação era da Secretaria de Segurança Urbana, comandada pelo (*Edson*) Ortega, que era muito bom. Ele era da área da habitação, outra Secretaria importante da Operação Defesa das Águas. Porque um dos problemas principais nos mananciais era exatamente invasão, todo tipo de invasão – a educação queria invadir, a saúde também queria. O primeiro CEU inaugurado no Governo da Marta (*Suplicy*), no dia da inauguração tinha água na altura da canela porque foi feito



As invasões são empurradas pela pobreza e pelos políticos de direita e de esquerda. É a maior fonte de curral eleitoral nessas grandes cidades brasileiras. O sujeito invade e depois o deputado, ou o vereador, vai buscar o dízimo eleitoral de dois em dois anos lá. Assim é que é.



em cima do rio Itaquera. Então, a defesa das áreas de APP era uma atitude que começava dentro de casa, com a Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Habitação, e ia para a rua com a população. As invasões são empurradas pela pobreza e pelos políticos de direita e de esquerda. É a maior fonte de curral eleitoral nessas grandes cidades brasileiras. O sujeito invade e depois o deputado, ou o vereador, vai buscar o dízimo eleitoral de dois em dois anos lá. Assim é que é. A gente procurou o Governo do Estado, mas aí descobrimos que em toda a zona Sul de São Paulo essa poderosa Secretaria do Governo do Estado só tinha um homem. Era um solitário. Essa era a contribuição do Governo do Estado.

E começamos um trabalho intersetorial poderoso. Primeiro, o prefeito deu força para a Secretaria da Habitação entrar na urbanização das favelas. Porque isso era uma questão importante: o pessoal já estava lá, invasões de muito tempo. A urbanização de favelas foi uma prioridade grande da Operação Defesa das Águas. Segundo, não tinha invasão. A gente vigiava por terra, por água, que era na represa - compramos um barco, tem lugar em que é difícil chegar e a gente

chegava de barco - e por cima, de helicóptero. O pessoal da Secretaria de Segurança Urbana e o nosso voava pelo menos uma vez por semana fotografando tudo, detectando tudo por cima. E assim a gente chegava logo. Porque quando a invasão se estabelece, aí é problema. A pessoa já constrói, está com o fogão dentro de casa, está com criança dentro de casa. E aí vai para o Ministério Público, coisa para dez anos. Eu fui uma vez acompanhar uma ação em um lugar onde estavam mil famílias. O Ministério Público deu duas semanas para retirar o pessoal todo, só que a invasão estava lá há dez anos e a invasão começou com 50 famílias. Quando mandaram tirar o pessoal de lá já eram duas mil famílias. Então, tem que chegar logo. Fazer uma coisa preventiva. E sinalizar que vai ser uma coisa rigorosa, sem violência. Nós pegamos um documento da ONU, uma espécie de manual de como se deve agir nesses casos. Ninguém podia reclamar de violência porque a gente seguia o documento da ONU.

E o pessoal não é bobo, sabe quando a coisa é séria. Deixou de invadir. E foi invadir onde? Em Taboão da Serra, em Itapeverica, em Embu, em Embu-Guaçu. E os prefeitos de lá reclamavam que as invasões lá



Urbanização da favela Paraisópolis: obras viárias, habitação, escolas ...

estavam duplicando, triplicando, quadruplicando. E o prefeito daqui falava: “Façam o dever de casa vocês também”. A questão é essa. O povo precisa ter programas habitacionais. Quem já está em favelas e em locais precários precisa ter uma habitação segura, não pode ser em cima do rio. E os que não têm, devem fazer fila na porta do prefeito, na porta do secretário da Habitação. Porque morando em cima do rio ele está prejudicando a família dele, corre o risco de voltar pra casa em um dia de chuva e não encontrar a criança ou o avô. E prejudica a cidade inteira porque polui os mananciais e a produção de água da cidade inteira. A Operação Defesa das Águas foi muito vigorosa, um sucesso.

Quando a Operação Defesa das Águas se consolidou, quando o Programa de Urbanização de Favelas avançou, quando o sistema de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria de Segurança Urbana estava muito eficiente e o pessoal sentia que não podia fazer o que fazia antes, a gente ficou três anos sem vítimas, numa época em que morria gente em Blumenau, Maceió, Recife, no Rio. A Operação Defesa das Águas deve ser estudada como operação intersetorial.

E a segunda operação intersetorial importante é a do clima. São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a ter uma lei climática. A nossa lei climática organiza a mitigação, ou seja, a orientação para diminuir as emissões

que produzem os gases do efeito estufa em excesso e a adaptação para evitar desastres climáticos. Foi aprovada em junho de 2009 e dá orientações para todas as outras políticas públicas. Para a educação, para a saúde, para a habitação, para a mobilidade, para o meio ambiente. Dava metas e tarefas. A lei estadual de São Paulo é a segunda lei climática do Brasil, aprovada em dezembro de 2009. E a do Governo Federal só foi aprovada no outro ano.

São Paulo saiu na frente com a sua lei climática com tarefas para várias áreas, da mobilidade a habitação, do planejamento urbano, de como devem ser compatibilizadas as habitações, de como deve ser recuperado o centro, preservadas as áreas de mananciais e periferia. Por uma questão de coerência, e dessa visão intersetorial, quando se decidiu quem ia comandar a implementação dessa Lei Climática em São Paulo, o prefeito perguntou se eu queria ser o responsável. Eu disse que não, que deveria ser o secretário de Planejamento porque a questão climática não é ambiental, é social, econômica e ambiental. É de urbanismo, de planejamento. Então, quem tem que coordenar o comitê que vai fiscalizar, implementar, dialogar com os outros setores fora do governo e dentro do governo, é o secretário de Planejamento. A Secretaria de Meio Ambiente organizava as reuniões, mas o coordenador era o secretário do Planejamento (*Miguel Bucalem*). E foi bom coordenador porque ele é um sujeito muito bem preparado.

A questão climática exige a mudança de postura, de hábitos, desde a dona de casa proletária até o burguês mais poderoso. Então, não é uma coisa fácil. Eu recomendo que se estude o último relatório publicado pelo Comitê Climático, de dezembro de 2012. De lá para cá nem mais se reuniu. O último relatório é uma coisa extraordinária porque se vê que, às duras penas e com dificuldade orçamentária, tivemos avanços. Ti-

ramos gente de cima do rio, criamos parques novos para ampliar a permeabilidade, fizemos o programa de arborização, com calçadas verdes, que é uma coisa muito importante para ajudar no combate às enchentes. São Paulo tem 18 mil quilômetros de ruas, isso dá para ir a Natal e voltar três vezes. Imagine se você tivesse uma calçada verde, permeável, uma fitinha permeável, como a gente começou a fazer, como isso ajudaria no combate às enchentes. No relatório do Bucalem, o que eu acho mais destacado é o trabalho que foi feito pelo nosso secretário de Transportes, Marcelo Branco. O apoio de forma bastante segura ao uso da bicicleta, em São Paulo, fomos nós que começamos. Tem gente que acha que inventou, tem gente que diz que inventou o lápis, inventou a roda, inventou o computador e inventou a bicicleta também, mas quem começou o trabalho de abrir espaços para a bicicleta foi o Marcelo Branco com a gente. Uma coisa importante, mas que não é milagrosa. Ele entrou também na questão da prioridade para os ônibus, a prioridade na disputa do espaço com o automóvel particular. É uma questão quantitativa, de oferta, que equacionou melhor a questão da mobilidade.

Mas nós continuamos a ter ônibus venenosos, que são causa do aquecimento global porque eles queimam o carbono fóssil e são causa de envenenamento dos pulmões e do coração das pessoas. É uma coisa terrível. O risco é maior para quem mora nas grandes cidades do Brasil. O pessoal da Escola de Medicina, aqui em São Paulo, que assessora a Organização Mundial de Saúde, fez um estudo e mostrou que só com aquela fiscalização que fazíamos para obrigar os ônibus a andarem regulados, embora ainda com diesel, salvamos 450 vidas por ano. Isso sem falar na regulação da gasolina. E a Secretaria de Transportes começou a mexer nessa questão da qualidade, trocando o combustível fóssil pelo combustível mais limpo



e mais sustentável. A primeira frota de etanol foi resultado de uma viagem que fizemos à Suécia, onde assinamos um acordo e trouxemos a tecnologia que eles inventaram: um aditivo que, colocado no etanol, promove o mesmo rendimento do diesel. A gente teve que comprar o tal do aditivo e botou a primeira frota de etanol. Porque o Brasil tem etanol para automóvel particular, que é uma coisa muito boa, mas não tem nos ônibus. A primeira frota de etanol do Brasil foi nossa. A gente deixou mais de mil ônibus rodando com 30% de biodiesel. Resgatamos os ônibus elétricos, que estavam condenados à extinção.

Na política climática, tinha a meta de expandir quantitativamente o uso do transporte público, mas

tinha uma meta mais importante ainda que é mudar qualitativamente o combustível que é usado, para combater o aquecimento global e defender a saúde. A gente deixou quase 2.500 ônibus. Ainda vemos rodando ônibus nos quais está escrito Ecofrota. São resultado da Lei Climática, desse trabalho intersetorial. A tendência era trocar todos os ônibus por outros com algum tipo de combustível limpo. Tem que ser aos poucos porque isso tem custo orçamentário, custo de desenvolvimento tecnológico, mas é uma tarefa importantíssima, que começou com a gente. Então, eu encerro com essas duas sugestões. Que vocês do PSD pesquisem esses dois documentos: sobre a Operação Defesa das Águas e a Lei Climática.



“A gente plantou em São Paulo, em 8 anos de governo, 1,6 milhão de árvores, média de 200 mil por ano”.

Parque Linear Água Vermelha - Itaim Paulista

SÉRGIO RONDINO: Um dos objetivos desses encontros é colocar o conteúdo à disposição dos atuais prefeitos e de futuros candidatos a prefeito e a vereador, para ajudá-los nas suas campanhas. E uma das perguntas recorrentes que os prefeitos fazem é a respeito dessa questão que você citou: se quase não há orçamento para a área do meio ambiente, como realizar alguma coisa?

EDUARDO JORGE: Primeiro, tem de escolher bem o prefeito. A gente saiu de 0,4% do orçamento e terminou o governo com 1%. A questão chave continua sendo aquela orientação que me deram logo que entrei: trabalhe com os outros. O negócio é esse. É claro,

se puder melhorar de 0,4% para 1%, como a gente melhorou, ajuda, né? E com 1% a gente conseguiu triplicar o número de parques. Tem que ter gestão também. A gente plantou em São Paulo, em 8 anos de governo, 1,6 milhão de árvores, média de 200 mil por ano.

RUBENS FIGUEIREDO: Nós vamos ter eleição municipal daqui a alguns meses. E quando a gente faz pesquisa em municípios e pergunta às pessoas, em um grupo de discussão, por exemplo, quais são os principais problemas de uma cidade, apontam saúde, transporte, violência, agora emprego. Nunca aparece a questão do meio ambiente, espontaneamente. Por

outro lado, a gente vê um impressionante processo de conscientização da sociedade sobre essa questão. Então, como aproveitar, nessas eleições municipais, essa mudança na conscientização, que é real, para aumentar a preocupação das pessoas com o meio ambiente como uma política pública prioritária?

EDUARDO JORGE: O problema é que quem vota é jogue igual a gente. Gente que foi formada pelo capitalismo e pelo socialismo do século 20. As posições do meio ambiente são de vanguarda porque exigem mudança de hábitos e ninguém gosta de mudar de hábitos assim. Seja pobre, classe média ou rico, está arraigado em hábitos antigos. Uma posição de vanguarda é uma posição minoritária. Eu ia naquelas manifestações de 2013 - só por uma questão de vício eu sempre vou, nem que seja para ver como é - e não via nada de meio ambiente. Eu fui a uma aqui, do Largo da Batata até o centro, uma verdadeira peregrinação, e ouvia as palavras de ordem mais esdrúxulas. Uns gritavam, quando começamos a subir a Brigadeiro Luiz Antônio: "Escada rolante já! Escada rolante já!". Meio ambiente, nada. A gente tem que ter consciência de que é uma política pública recente, de vanguarda. Qual é a chave, então? É o intersetorial. É casar as questões ambientais com outras políticas. Eu já disse: o risco maior de adoecimento nosso, maior que qualquer outro, é da poluição do ar. Temos que casar o ambiente com outras políticas. O meu neto, que tem seis anos, chegou na mesa e disse: "Vovô, eu aprendi uma coisa: reutilizar, reduzir e reciclar". Reciclar é por último, primeiro é reutilizar. Eu disse: "Muito bem, eu aprendi também". Mas aí ele falou que tem um quarto R, que é reeducar. Vejam, é um menino de seis anos. Mas esse menino de seis só vai votar daqui a dez. A gente tem que continuar dialogando. O pessoal da educação está trabalhando muito bem isso.



Inspeção veicular: questão de saúde

ALDA MARCO ANTONIO: Eu acho que os governos Serra e Kassab, em São Paulo, foram de ensinamento. Dois governos absolutamente sérios. Eu quero cumprimentá-lo porque você deu certo no meio ambiente porque é médico. E o orçamento do meio ambiente, no meu entendimento, deveria ser na área da saúde, porque saneamento, meio ambiente, faz prevenção de doença. O erro que há no Brasil é que o orçamento da saúde deveria se chamar orçamento da doença, porque ele é para curar doença. Ele não evitou o zika vírus e agora temos aí um monte de crianças com microcefalia. Que absurdo! É muito mais fácil dar dinheiro para o saneamento para não deixar acontecer. Você e o Kassab fizeram algo extraordinário porque introduziram a inspeção veicular. E, no entanto, São Paulo, a cidade mais importante do Brasil, elegeu o prefeito que fez a promessa de extinguir a inspeção veicular. Está provocando um atraso de 20, 30 anos na nossa saúde. Porque nós estamos respirando veneno patrocinado

“ **O problema do Brasil é que é comandado por um governo que é do século 20. Quando descobre petróleo, se lambuzava, enche o macacão de petróleo. É claro que a gente vai precisar de petróleo ainda bastante tempo. Você não muda cem anos de economia movida a petróleo da noite para o dia. Mas a tendência é que ele será substituído por outras fontes de energia, que vão criar outras atividades, outros tipos de trabalho.** ”

por um prefeito que ganhou a eleição prometendo atrasar a cidade que ele queria governar. A gente tem que lutar muito por políticas públicas, por políticos sérios.

RICARDO PATAH: O Rubens comentou sobre as prioridades da cidade: saúde, segurança, emprego e assim por diante. Eu acredito que nós temos que ter a capacidade de ligar todas essas necessidades com a questão do meio ambiente. A atividade produtiva deve sempre estar ligada ao meio ambiente. Vejamos esse acidente de Mariana, um dos maiores desastres do mundo. E nós estamos percebendo agora que é uma situação grave que pode ocorrer em qualquer lugar, em qualquer município. O PSD vai ter candidatos no Brasil todo e nós devemos ter a preocupação de prevenir situações tão graves como essa.

EDUARDO JORGE: O desenvolvimento sustentável é o equilíbrio do econômico, do social e o ambiental. O econômico continua sendo uma questão tão

importante quanto a social e a ambiental. O trabalhador tem que levar o pão para casa, tem que construir a casa dele, tem que trabalhar. Você tem que equacionar tudo isso. O problema do Brasil é que é comandado por um governo que é do século 20. Quando descobre petróleo, se lambuzava, enche o macacão de petróleo. É claro que a gente vai precisar de petróleo ainda bastante tempo. Você não muda cem anos de economia movida a petróleo da noite para o dia. Mas a tendência é que ele será substituído por outras fontes de energia, que vão criar outras atividades, outros tipos de trabalho.

RICARDO BIGHETTI: O atual prefeito tem esta proposta das ciclofaixas, ciclovias, mas a forma com que ele está implantando, eu acho, é equivocada. Nas eleições, algum candidato vai acabar ganhando a disputa atacando a ciclovia, falando mal da bicicleta. E eu queria falar também dos parques lineares. Não sei se o senhor tem passado pelo Parque Linear do Tiquatira, lá na Penha. Que maravilha ficou! E a gente passa no



Parque Linear Sapé

início da Radial Leste e não tem mais uma árvore, cortaram todas para fazer aquela obra, não sei nem o que vão fazer, se é um túnel. Acabaram com as árvores na avenida Itaquera para fazer um corredor de ônibus. Quer dizer: põe o ônibus, que é uma coisa importante, mas acaba com as árvores.

EDUARDO JORGE: Até as árvores que a gente plantou na ciclovia da Radial, que vai de Itaquera até Tatuapé, metade quebrou e não repuseram.

WOILE GUIMARÃES: Eu gostaria de falar sobre o trabalho em conjunto que vocês fizeram. Vou dar um exemplo pequeno, que mostra a importância da liga-

ção, da participação, de trabalhar juntos, que o Eduardo ressaltou bem. Inventou-se o Programa Zeladores de Praças, que parece uma coisa boba. Mas primeiro ele fazia a recuperação do morador de rua, sem família, sem rumo. E depois tinha essa integração social, ganhava uma bolsa, e aprendia uma profissão.

EDUARDO JORGE: E ele tinha um curso. Tinha que primeiro fazer um curso de jardinagem e só depois ia cuidar da praça. Ficava lá até dois anos e depois podia ir trabalhar numa área que não deixa de ser um emprego verde também. Jardinagem vai crescer também. Eu mesmo sou candidato a trabalhar de jardineiro.



Parque Linear do Canivete

WOILE GUIMARÃES: Eu participei muito tempo da equipe da Prefeitura e me lembro de coisas feitas. Feitas em conjunto, com emoção, com dedicação e com técnica. Então, é uma coisa que eu gostaria de fazer constar.

EDUARDO PAVÃO: Duas coisas: um elogio e uma proposta. Realmente, os parques lineares são essenciais no controle de enchentes, no embelezamento

da cidade, para a qualidade de vida de todo mundo que mora no entorno. E para uma cidade que tem tantos barracos, favelas construídas sobre córregos, a remoção dessas famílias, a adequação delas para habitações decentes, e o aproveitamento daqueles espaços para os parques lineares é essencial. Deve constar em qualquer programa de governo sério que se apresente nesta cidade. Como proposta, que as habitações para as quais essas famílias sejam transferidas sejam erguidas com o máximo de sustentabilidade possível. Porque muitas vezes a gente acha soluções aparentemente ecológicas que tem uma pegada contra a natureza, contra a ecologia e contra o meio ambiente pior do que a situação que elas pretendem corrigir. E uma segunda coisa. Quando eu digo que tem coisa que parece que é ecológica e sensata mas não é... alguém já parou para analisar a toxicidade dessas tintas vermelhas que estão sendo usadas nas ciclovias? Elas estão se desfazendo. Já pensaram no impacto para o meio ambiente? Quanto tempo isso leva para se diluir depois que a enxurrada leva? Porque tinta é um negócio altamente tóxico. Ao bolso dos fabricantes de tintas, com certeza, não faz nenhum mal o modelo que está sendo utilizado para as ciclovias de São Paulo.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Eu vejo aqui uma coisa que é importante não apenas pensando numa cidade como São Paulo. Nós vamos ter candidatos em cidades muito menores, onde a restrição econômico-financeira é ainda maior do que aqui. Em muitos lugares não haverá uma secretaria específica. Eu pergunto: como é que você negociava em setores onde não existia um correspondente, uma secretaria específica? Eu acho que não é só a questão de a gente montar em todos os lugares uma estrutura de governo onde exista essa preocupação, em que a governança



esteja presente independentemente da existência de uma secretaria específica, mas como também fazer a interlocução com outras localidades, quer aqui, e sobretudo no exterior. Porque também isso vale para uma Secretaria de Relações Internacionais, que antigamente não era um negócio municipal, passou a ser muito recentemente. É o que a gente chama de para-diplomacia. Independentemente de ter ou não uma secretaria, é fundamental que uma cidade, sobretudo uma como São Paulo, mantenha essas relações que envolvem inclusive questões de nível ambiental. Como é que monta e como é que se relaciona com os outros que não têm?

EDUARDO JORGE: De lá para cá, aumentaram muito as estruturas. Aqui em São Paulo, por exemplo, tem um programa do Governo do Estado que recomendo que olhem. Chama-se Município Verde e Azul. É um programa da Secretaria de Meio Ambiente do Estado que está de pé desde 2009. Ele criou um relacionamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente com os municípios paulistas sobre dez temas: resíduo, poluição, cidade sustentável e por aí vai. Por ali são propostos programas e tarefas. No final de cada ano, fazem um ranking de sustentabilidade dos municípios e o governador premia os melhores e dá acesso aos fundos. Sugiro que vocês estudem esse programa.



Onde não tem Secretaria do Meio Ambiente, outra secretaria deve incorporar. Pode ser que não tenha uma Secretaria de Meio Ambiente lá em Ouricuri, na fronteira de Pernambuco com o Piauí, mas uma secretaria de Planejamento ou de Obras tem que ter a função. Uma Prefeitura, por menor que seja, não pode deixar de olhar para o meio ambiente.



Onde não tem Secretaria do Meio Ambiente, outra Secretaria deve incorporar. Pode ser que não tenha uma Secretaria de Meio Ambiente lá em Ouricuri, na fronteira de Pernambuco com o Piauí, mas uma Secretaria de Planejamento ou de Obras tem que ter a função. Uma Prefeitura, por menor que seja, não pode deixar de olhar para o meio ambiente. Sobre a questão internacional, São Paulo foi pioneira também, com nossos dois prefeitos, Serra e Kassab, em ter uma Secretaria de Relações Internacionais. Tivemos dois secretários de Relações Internacionais, o Alfredo Cotait e a Helena Gasparian, que foram extraordinários. Na área de meio ambiente, abriram

portas em todos os lugares. E São Paulo pôde conversar, aprender e ensinar também. São Paulo foi uma das cidades que participaram da criação do C40 (*Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática*), que hoje é o órgão mais importante na discussão do meio ambiente no mundo. Então, essa interlocução tem que haver, principalmente com cidades como São Paulo, que é uma cidade mundial.

SÉRGIO RONDINO: Eu agradeço ao Eduardo Jorge e a todos vocês. Estamos encerrando aqui o 17º Encontro Democrático. Muito obrigado e até o próximo encontro.



Presidente - Guilherme Afif 1º Vice-presidente - Vilmar Rocha 2º Vice-presidente Diretor de Relações Internacionais - Alfredo Cotait Secretária - Alda Marco Antonio Diretor Superintendente - João Francisco Aprá	Conselho Superior de Orientação Presidente - Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Eduardo Sciarra
---	---

Coordenadores dos Conselhos Temáticos Política Econômica - Henrique Meirelles Emprego e Trabalho - Ricardo Patah Gestão Pública e Transparência - Rubens Chammas Pacto Federativo e Tributação - Samuel Hanan Previdência - Reinhold Stephanes Educação - Alexandre Schneider Saúde - Eleuses Paiva Infraestrutura, Transportes e Energia - Eduardo Sciarra Desenvolvimento Urbano - Paulo Simão Desenvolvimento Rural - Cesário Ramalho Meio Ambiente e Sustentabilidade - Marcelo Cardinale Branco Cultura - Danilo Miranda Esportes - Antonio Moreno Neto Turismo - Marcelo Rehder Indústria, Tecnologia e Inovação - Ozires Silva Inteligência e Mídias Digitais - Aleksandar Mandic Justiça - Arnaldo Malheiros Filho Segurança Pública - Túlio Kahn Desenvolvimento e Inclusão Social - Alda Marco Antonio Participação e Cidadania - Ivani Boscolo Política Externa e Comércio Exterior - Embaixador José Botafogo Gonçalves Defesa Nacional - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos	Conselho Consultivo Acre - Sérgio Petecão Alagoas - Jorge Silvio Luengo Galvão Amapá - Eider Pena Amazonas - Omar Aziz Bahia - Otto Alencar Ceará - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar Distrito Federal - Rogério Rosso Espírito Santo - José Carlos Fonseca Junior Goiás - Vilmar Rocha Maranhão - Claudio Trinchão Mato Grosso - Carlos Fávoro Mato Grosso do Sul - Antônio Cesar Lacerda Alves Minas Gerais - Diego Andrade Pará - Helenilson Pontes Paraíba - Rômulo Gouveia Paraná - Eduardo Sciarra Pernambuco - André de Paula Piauí - Júlio Cesar Rio de Janeiro - Indio da Costa Rio Grande do Norte - Robinson Faria Rio Grande do Sul - José Paulo Dornelles Cairolí Rondônia - Moreira Mendes Roraima - Rodrigo Jucá Santa Catarina - Antônio Ceron São Paulo - Alfredo Cotait Neto Sergipe - Jeferson Andrade Tocantins - Irajá Abreu
--	---

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2016 - Nº 17

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br

PSD - Site Nacional: www.psd.org.br

Coordenação - Scriptum Comunicação

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

Twitter Nacional: @psd_55

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Facebook: **EspacoDemocraticoPSD**

Facebook Nacional: **psd.br**

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br